

*Exmo. Senhor*

*Presidente da Assembleia Municipal de Sintra*

*Dr. Sérgio Sousa Pinto*

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

18.10.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 826-P/2019

«Aprovar o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 18 de outubro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

**Basílio Hortã**



PARCELO MUNICIPAL 27114-501

*Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais*

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 [gaom@cm-sintra.pt](mailto:gaom@cm-sintra.pt)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

17

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 18-10-2019**.

Proposta nº 826-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

**VOTAÇÃO:**

*Aprovada por unanimidade.*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 18 de outubro de 2019.

O Presidente

  
Basílio Horta

O Coordenador Técnico

  
Vítor Castro



**PROPOSTA Nº 826 - P / 2019**

**Considerando que:**

- De acordo com o disposto nos artigos 112.º número 8 e artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 98.º a 101.º e 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, no preceituado na alínea g) do número 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida na sua 5ª Sessão Extraordinária em 17 de Setembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovou o *“Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra”*;
- Volvidos mais de três anos sobre a iniciativa regulamentar e considerando o tempo, entretanto decorrido foi oportuno considerar as alterações entretanto verificadas no plano jurídico, da orgânica municipal, bem como a experiência dos serviços decorrente da aplicação do Regulamento desde 2015;
- Ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o subscritor decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Primeiras Alterações ao Regulamento ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra;

- Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Janeiro de 2019;
- Entre 25 de Janeiro de 2019 e 25 de Fevereiro de 2019, decorreu o período de constituição de interessados nos termos legais;
- Não se verificou a constituição de quaisquer interessados até 6 de Março de 2019, prazo que excede o legalmente previsto;
- Os trabalhos de elaboração das Primeiras Alterações ao Regulamento decorreram no âmbito da Divisão de Assuntos Jurídicos em estreita articulação com a Divisão de Planeamento e Logística Educativa;
- Inexistindo interessados não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo;
- O projecto de Alterações ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 7880 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 87, de 7 de Maio de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal;
- Não foram apresentados quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.

Reunião de

18 OUT, 2019

Docº Agendado com o  
Nº 17



**Tenho a honra de propôr que :**

A Câmara Municipal de Sintra delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, o projecto de ***Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra***, em anexo à presente Proposta e que desta faz parte integrante para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 4 de 10 de 2019.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



**( Basílio Horta )**

Reunião de

**18 OUT. 2019**

Docº Agendado com o  
Nº 17

N.º SM 27909/2019

Sintra, 26-06-2019 16:14:48

Assunto: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA—  
PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019

CARLOS MANUEL  
PINHEIRO DA SILVA  
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO  
DN: cn=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DCPT-65314595, t=fórum Superior, ou=Certificado para Pessoa Singular, ou=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, o=MUNICÍPIO DE SINTRA, c=PT  
Reason: Faleceu  
Date: 2019-06-26T15:17:12

Exmo. Senhor Presidente,  
Concordo, submetendo-se a VExa. o projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra, anexando-se minuta a submeter ao executivo para deliberação e posterior aprovação pela Assembleia Municipal.  
Todavia, à consideração de VExa.

Sandra Isabel  
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito  
DN: cn=Sandra Isabel Magno de Brito, SERIALNUMBER=DCPT-08561908, t=Jurista, ou=Certificado para Pessoa Singular, ou=Divisão de Assuntos Jurídicos, o=Município de Sintra, c=PT  
Reason: Despacho  
Date: 2019-08-26T16:34:24

  
4/10/19  
Basílio Horta  
Presidente

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 17



Informação – Proposta n.º 27909

Sintra, 26.JUN.2019

**ASSUNTO: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA– PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019**

**De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR**

**Para: Exma. Senhora Directora do DJU, Dra. Sandra Brito**

Nos termos do disposto nos artigos 112.º número 8 e artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 98.º a 101.º e 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, no preceituado na alínea g) do número 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida na sua 5ª Sessão Extraordinária em 17 de Setembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovou o *“Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra”*.

Volvidos mais de três anos sobre a iniciativa regulamentar e considerando o tempo entretanto decorrido foi oportuno considerar as alterações entretanto verificadas no plano jurídico, da orgânica municipal, bem como a experiência dos serviços decorrente da aplicação do Regulamento desde 2015.

Ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o Exmº Senhor Presidente da Câmara decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Primeiras Alterações ao Regulamento ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Janeiro de 2019.

Entre 25 de Janeiro de 2019 e 25 de Fevereiro de 2019, decorreu o período de constituição de interessados nos termos legais.

Não se verificou a constituição de quaisquer interessados até 6 de Março de 2019, prazo que excede o legalmente previsto.

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o  
Nº 17

Os trabalhos de elaboração das Primeiras Alterações ao Regulamento decorreram no âmbito da Divisão de Assuntos Jurídicos em estreita articulação com a Divisão de Planeamento e Logística Educativa.

Inexistindo interessados não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

O projecto de Alterações ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 7880 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 87, de 7 de Maio de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Não foram apresentados quaisquer contributos no âmbito da consulta pública.


#### CONCLUINDO:

Atento o exposto sou de propor a V.Exa. que as ***"Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra"***, caso mereçam a concordância de V.Exa. e da hierarquia sejam sujeitas ao superior critério do Exmº Senhor Presidente da Câmara para deliberação do Executivo Municipal.

Para o efeito junto minuta de Proposta Formal tendo em vista deliberação do Executivo Municipal sobre o mesmo, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do mesmo Regime.

À Consideração Superior.

O Técnico Superior Jurista



(Carlos Bordado)

Reunião de

18 OUT, 2019

Docº Agendado com o  
Nº 17





**Projecto de Primeiras Alterações do  
Regulamento Municipal de Funcionamento e  
Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho  
de Sintra**

**PROCESSO INSTRUTOR**

**\*\*\***





**Projecto de Primeiras Alterações do  
Regulamento Municipal de Funcionamento e  
Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho  
de Sintra**

**INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ARTº 98º CPA**

**\*\*\***

---

Início Institucional ▼ Territorial ▼ Atualidade ▼ No Mundo ▼ Invest ▼ Digital ▼

Aviso - Decisão de proceder aos trabalhos de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra e constituição de interessados pelo prazo de 30 dias, ao abrigo do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo.

Publicado na página da Câmara em 25 de janeiro de 2019

Aviso

**AVISO**

**Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que se proceda aos trabalhos de **Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.****

A constituição de interessados prevista no n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para a Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail [diu@cm-sintra.pt](mailto:diu@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Concelho de Sintra, 23 de 01 de 2019.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



**( Basílio Horta )**

N.º SM 9721/2019

Sintra, 28-02-2019 16:11:34

Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019 - PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA – INÍCIO DE PROCEIMENTO E CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS - ARTIGO 98º DO CPA - CONTRIBUTOS

CARLOS MANUEL  
PINHEIRO DA SILVA  
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO  
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DCPT-45314519, 1=Terceiro Superior, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, O=MUNICÍPIO DE SINTRA, C=PT  
Reason: Pânico  
Date: 2019-02-28T16:13:52

Concordo.

Ao GAMQ a fim de solicitar que informe a DJUR nos termos explicitados na presente Nota Interna.

Lúcia de Fátima  
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas  
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=DCPT-10293979, 1=Chefe de Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT  
Reason: Pânico  
Date: 2019-02-28T16:28:53

À DJUR informando que consultado o Sistema de Gestão Documental, não se verificou o registo no Gabinete de Apoio ao Município, de constituição de interessados nem contributos relativos às "Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra".

MARIA LÚCIA MATOS  
BERNARDES DE  
LUCIANO

Digitally Signed by MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO  
DN: CN=MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO, SERIALNUMBER=B1105944507, G=MARIA LÚCIA, SN=MATOS BERNARDES DE LUCIANO, OU=Assinatura Qualificada do Cidadão, OU=Cidadão Português, O=Cartão de Cidadão, C=PT  
Reason: Pânico  
Date: 2019-03-08T16:04:56



## **NOTA INTERNA**

*Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Lúcia Vargas*

*Nº. SM 9721*

*Serviço: DJUR*

*De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado*

*Data: 28.FEV.2019*

**Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019 - PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA – INÍCIO DE PROCEIMENTO E CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS - ARTIGO 98º DO CPA - CONTRIBUTOS**

Na sequência da oportuna determinação do Exmº Senhor Presidente da Câmara quanto às Primeiras Alterações ao Regulamento em epígrafe, sou de propôr que se solicite ao GAMQ informação sobre se através de qualquer documento entrado naquela unidade orgânica, se constituíram interessados ou foram apresentados quaisquer contributos decorrentes da publicitação, em 25 de Janeiro de 2019, na página da Câmara Municipal para efeitos de participação procedimental do Aviso adequado desencadear do procedimento<sup>1</sup>, subscrito pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara, em 23 de Janeiro de 2019, (Anexo).

Todavia, à consideração superior.

**O Técnico Superior Jurista,**

**(Carlos Bordado)**

---

<sup>1</sup> Atento o disposto no nº 1 do artigo 98º do CPA (aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro)



## **NOTA INTERNA**



### **AVISO**

**Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo da competência delegada constante do n.º 1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, decidiu, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que se proceda aos trabalhos de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.**

A constituição de interessados prevista no n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para a Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail [diu@cm-sintra.pt](mailto:diu@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição iliminar.

Paços do Concelho de Sintra, 23 de 01 de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

  
( Basílio Horta )





**Projecto de Primeiras Alterações do  
Regulamento Municipal de Funcionamento e  
Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho  
de Sintra**

**CONSULTA PÚBLICA – ARTº 101º CPA**

**\*\*\***





**Aviso n.º 7879/2019**

Para os devidos efeitos se torna público que, foi concedida licença sem remuneração, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador, Fernando Henrique Felizardo Romão da carreira Assistente Técnico, com início em 01 de março de 2019, pelo período de um ano.

7 de março de 2019. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Inês Barroso*.

312252013

**MUNICÍPIO DE SINTRA****Aviso n.º 7880/2019**

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 119/2019 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg.º Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail [dju@cm-sintra.pt](mailto:dju@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

12 de abril de 2019. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

312233976

**Aviso n.º 7881/2019**

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana Empresarial da Bela Vista e da ARU Empresarial de Pero Pinheiro/ Montelavar, ambas na modalidade sistemática e das Áreas de Reabilitação Urbana de Algueirão-Mem Martins/Rio de Mouro; Agualva-Cacém; Massamá/Monte Abraão; Pendão; Almagem do Bispo/Albogas; Negrais; Aruil; Sabugo/Almornos; Covas de Ferro, na modalidade simples, em sessão da Assembleia Municipal de 8 de abril de 2019, nos termos da proposta n.º 229-P/2019 aprovada em Reunião de Câmara de 26 de março de 2019, para efeitos do disposto no artigo 13.º do regime jurídico de reabilitação urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

Mais se informa que os elementos constantes da proposta de delimitação das presentes Áreas de Reabilitação Urbana acima referidas, se encontram disponíveis na página eletrónica do município ([www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt)).

15 de abril de 2019. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

312237159

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****Aviso n.º 7882/2019**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

1 — Faz-se público que, para efeitos do disposto no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, adiante designada por LGTFP, e artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, adiante designada por Portaria, e de acordo com as deliberações da Câmara Municipal datada de 29 de março de 2019 e da aprovação do mapa de pessoal pela Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2018 se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário*

da República, procedimento comum para recrutamento de trabalhador com vínculo ou sem vínculo de emprego público, para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, tendo em vista o preenchimento de um lugar de Assistente Operacional previstos no mapa de pessoal desta Câmara Municipal, integrados na Divisão de Administração Geral, conforme a seguir se descremina:

Um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (Jardineiro/a).

2 — Não foi efetuada consulta prévia à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reserva de Recrutamento (ECCRC), uma vez que não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para a constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, conforme instruções da DGAEP, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

3 — Tendo em conta que as entidades gestoras da requalificação nas autarquias locais (EGRAS) ainda não estão constituídas e de acordo com solução interpretativa uniforme, homologada pelo Secretário de Estado da Administração Local em 15 de julho de 2014, os Municípios estão dispensados de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no artigo 24.º da n.º 80/2013, de 28 de novembro, e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.

4 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para ocupação do posto de trabalho a concurso, extinguindo-se com o seu preenchimento.

5 — O contrato será celebrado por um período de 1 ano com base na alínea h), n.º 1, artigo 57.º da LGTFP.

6 — Identificação e caracterização do posto de trabalho: um lugar de Assistente Operacional, sendo a sua caracterização a constante no mapa anexo à LGTFP, previsto no artigo 88.º daquele diploma: Funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis.

6.1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 81.º da LGTFP, a descrição do conteúdo funcional não pode em caso algum, e sem prejuízo do n.º 3 do artigo 271.º da Constituição, constituir fundamento para o não cumprimento do dever de obediência e não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha a qualificação profissional adequada e que não implique desvalorização profissional.

7 — Local de Trabalho — Município de Vila Nova de Cerveira (Jardineiro/a).

8 — Determinação do posicionamento remuneratório:

8.1 — Nos termos do artigo 38.º da LGTFP, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria, é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo de procedimento concursal, com os limites e condicionamentos impostos pelo artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), por remissão do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), sendo a posição remuneratória de referência a seguinte: 4.ª posição, nível 4, a que corresponde a remuneração base de 635,07 €.

8.2 — Em cumprimento do n.º 3 do artigo 38.º da LGTFP e do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), por remissão do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), os candidatos que possuam vínculo de emprego público, informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

9 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

Podem candidatar-se indivíduos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, incluindo pessoal em sistema de mobilidade especial (SME), que não se encontrem na situação prevista no ponto 10.3, que cumulativamente até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas satisfaçam os requisitos gerais e especiais, estipulados respetivamente no artigo 17.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 86.º da LGTFP, a seguir referidos:

9.1 — Requisitos Gerais — os previstos no artigo 17.º da LGTFP:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 Anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

## Documentos em Consulta Pública

Documentos Administrativos
Documentos Públicos
Documentos em Consulta Pública
Contratos / Protocolos
Sugestões / Reclamações
Plataforma Eletrónica do Urbanismo
Prevenção de Riscos de Gestão
Eleições Europeias 2019



### Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra

Assim, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República.

Publicado no Diário da República de 07.05.2019

- Aviso;
- Texto do Projeto,

**AVISO**

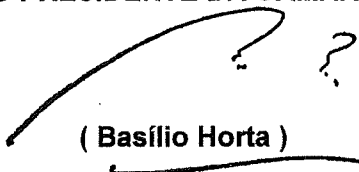
**Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra**, torna público que, ao abrigo do nº2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, é submetido a consulta pública, **o Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 119 / 2019 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Muncípe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail [dju@cm-sintra.pt](mailto:dju@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 12 de Abril de 2019.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



**( Basílio Horta )**



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



**EDITAL n.º 119 / 2019**

**Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra**, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, é submetido a consulta pública, **o Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do presente Edital nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Munícipe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail [dju@cm-sintra.pt](mailto:dju@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 12 de Abril de 2019.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**



**( Basílio Horta )**



# Projecto de Primeiras Alterações do Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra

DELBERADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM ..... DE ..... DE 2019

APROVADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM ..... DE ..... DE 2019



## **Preâmbulo**

Nos termos do disposto nos artigos 112.º número 8 e artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 98.º a 101.º e 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, no preceituado na alínea g) do número 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida na sua 5ª Sessão Extraordinária em 17 de Setembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovou o Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra”.

Volidos mais de três anos sobre a iniciativa regulamentar e considerando o tempo entretanto decorrido julga-se oportuno considerar as alterações entretanto verificadas no plano jurídico, da orgânica municipal, bem como a experiência dos serviços decorrente da aplicação do Regulamento desde 2015.

Ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o Presidente da Câmara decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Primeiras Alterações ao Regulamento ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no nº 1 do artigo 98º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Janeiro de 2019.

Entre 25 de Janeiro de 2019 e 25 de Fevereiro de 2019, decorreu o período de constituição de interessados nos termos legais.



Não se verificou a constituição de quaisquer interessados até 6 de Março de 2019, prazo que excede o legalmente previsto.

Os trabalhos de elaboração das Primeiras Alterações ao Regulamento decorreram no âmbito da Divisão de Assuntos Jurídicos em estreita articulação com a Divisão de Planeamento e Logística Educativa.

Inexistindo interessados não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo.

O projecto de Alterações ao Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º ..... / 2018 na II Série do Diário da República, n.º ..... de ..... de ..... de 20...., nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Foram ponderados os contributos de ..... e considerados os que foram tidos por pertinentes.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprova ao abrigo da alínea g) do nº 2 do artigo 25.º do dito Regime, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma na sua .....Sessão ..... realizada em ..... de ..... de 2019, **as Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.**

Foram objecto de alteração ou aditamento:

- O Preâmbulo;
- O artigo 1.º;

- O artigo 2.º;
- O n.º 1 do artigo 3.º;
- O artigo 4.º-A;
- O n.º 4 do artigo 5.º;
- O artigo 7.º;
- Os n.ºs 1 e 3 do artigo 8.º;
- O artigo 10.º;
- Os n.ºs 2, 7 e 8 do artigo 11.º;
- Os n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 13.º;
- O n.º 2 do artigo 16.º;
- O n.º 2 do artigo 17.º;
- O artigo 18.-A;
- O n.º 2 do artigo 19.º;
- O Anexo II.

As Primeiras Alterações ao Regulamento encontram-se consubstanciadas no texto que se republica como consolidado em Anexo, a publicar nos termos legais e a entrar em vigor no prazo de 5 dias após a respectiva publicação em II Série de Diário da Republica. Assim:

## **Capítulo I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Lei Habilitante e âmbito de aplicação**

1. O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, bem como no artigo 135.º e seguintes do





Código do Procedimento Administrativo e do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

2. O presente regulamento rege o funcionamento dos refeitórios escolares, doravante designados como refeitórios, cuja gestão compete à Câmara Municipal de Sintra, através do Departamento de Educação, Juventude e Desporto e suas Divisões, ou da unidade orgânica que, em termos de Estrutura Nuclear ou Flexível seja competente em razão da matéria.

#### **Artigo 2.º**

##### **Definição de refeitório escolar**

Entende-se por refeitório escolar a unidade de confecção ou preparação e distribuição de refeições escolares instalada em estabelecimento de ensino da rede pública ou privada, sob tutela do Município de Sintra.

#### **Artigo 3.º**

##### **Definição de refeição escolar**

1. Entende-se por “*refeição escolar*” as refeições servidas pela Câmara Municipal de Sintra nos estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada de competência municipal, no âmbito da sua actividade educativa, durante o tempo lectivo e durante as pausas/interrupções lectivas, sempre que nas instalações escolares sejam desenvolvidas actividades de apoio à família destinadas a crianças e/ou jovens.

2. Constituem refeições escolares:

- a. O almoço;
- b. O lanche;
- c. Qualquer outra modalidade que venha a ser definida pelo Executivo Municipal.



3. O almoço servido nos refeitórios escolares poderá ser de:
- a. Confeção local: confeccionado nas cozinhas dos estabelecimentos de ensino;
  - b. Confeção diferida: confeccionado em cozinha central e transportado a frio para as cozinhas dos estabelecimentos de ensino.

#### **Artigo 4.º**

##### **Destinatários**

1. Os refeitórios servem prioritariamente os alunos dos estabelecimentos de ensino em que se integram.
2. Desde que os meios humanos e a sua capacidade o permitam, os refeitórios podem ainda ser utilizados por alunos de outros estabelecimentos de ensino, bem como pelo pessoal docente e não docente dos respectivos estabelecimentos, não sendo, porém, permitido o fornecimento de refeições fora do espaço do refeitório, excepto quando autorizado pela Câmara Municipal de Sintra.

#### **Capítulo II**

##### **Condições de acesso**

#### **Artigo 4.º - A**

##### **Inscrição**

1. O consumo de refeições escolares está sujeito a inscrição prévia, realizada no início de cada ano lectivo.
2. A inscrição referida no ponto anterior deve ser concretizada através de:
- a. Preenchimento de um formulário entregue no ato de matrícula pelo agrupamento de escolas ou estabelecimento de ensino;



- b. Acesso à plataforma electrónica municipal de gestão de refeições escolares, sendo concretizada de forma desmaterializada.

### **Artigo 5º**

#### **Funcionamento**

1. Durante o tempo lectivo, os refeitórios escolares funcionam todos os dias úteis, com o seguinte horário:
  - a. Confeção local: das 08:00h às 14:00h e das 15:00h às 16:00h;
  - b. Confeção diferida: das 10:00h às 15:00 h;
  - c. Serviço de refeições: das 12:00h às 14:00h.
2. Nas interrupções lectivas, desde que o número de inscritos justifique, os refeitórios escolares garantem o fornecimento de refeições, podendo as mesmas ser alargadas aos familiares dos alunos, que delas careçam por motivos sociais.
3. O alargamento referido no número anterior a familiares na linha directa ou eventualmente colateral é deliberado, em relação a cada ano lectivo, pelo órgão Executivo Municipal sob proposta do Vereador com competências delegadas e subdelegadas na área da Educação.
4. De forma a operacionalizar o disposto nos números anteriores, o Departamento de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Sintra e suas Divisões realizam um registo dos alunos inscritos para o serviço de refeição escolar, divulgando, na semana anterior ao início da pausa lectiva, a listagem dos refeitórios escolares que estarão em funcionamento.



## **Artigo 6.º**

### **Local de Funcionamento**

1. Os estabelecimentos de ensino com serviço de refeição são:
  - a. Estabelecimentos de Ensino com refeitórios de confecção local, referidos no Anexo I ao presente Regulamento;
  - b. Estabelecimentos de Ensino com refeitórios de confecção diferida, referidos no Anexo II ao presente Regulamento.
  
2. As listagens constantes dos anexos I e II ao presente regulamento podem sofrer alterações em resultado da criação, reconversão ou suspensão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública.

## **Artigo 7.º**

### **Composição das refeições**

1. O Departamento de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Sintra, em articulação com a empresa prestadora de serviços de refeição, elaboram as ementas para o ano lectivo respeitante.
  
2. Nos termos do disposto na Lei n.º 11/2017, de 17 de Abril, a oferta alimentar disponibilizada pelo Município de Sintra inclui uma ementa vegetariana, podendo o encarregado de educação optar por este tipo de refeição, no início de cada ano lectivo, aquando da inscrição do aluno no serviço de refeição escolar.
  
3. As ementas referidas nos números anteriores são elaboradas de acordo com os princípios de uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades nutricionais da população escolar, salvaguardando as normas gerais de higiene e segurança alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios e atendendo às orientações



emanadas da Direção Geral de Educação, sendo todo o processo supervisionado tecnicamente pela Câmara Municipal de Sintra.

4. A ementa é divulgada e aplicada em cada refeitório, conforme a sua especificidade: confecção local ou confecção diferida.

5. A ementa pode ser alterada por motivos higiénico-sanitários, por falha no fornecimento de matérias-primas necessárias à confecção das refeições, ou por outros motivos devidamente justificados.

6. O almoço é composto por:

- a. Sopa de vegetais, tendo por base batata, legumes ou leguminosas ou canja/sopa de peixe, uma vez por mês;
- b. Prato de pescado, carne, ovo ou à base de leguminosas e cereais, servidos alternadamente;
- c. Pão de mistura, meio sal;
- d. Sobremesa, constituída diariamente por fruta da época, ou alternando uma vez por semana com iogurte de aromas, gelatina, fruta cozida/assada ou outra sobremesa láctea.

7. O lanche é composto por:

- a. 1 Sandes de composição diferenciada ao longo da semana;
- b. 1 Sumo de fruta de tipo 100%, iogurte ou peça de fruta, servidos alternadamente.

8. Em caso de reconhecida carência económica por parte dos alunos, podem ainda ser definidas medidas complementares de reforço alimentar em cada estabelecimento de educação e ensino.



9. Os refeitórios escolares podem servir dietas personalizadas, desde que as mesmas sejam devidamente justificadas por prescrição médica ou declaração de confissão religiosa, onde constem as intolerâncias clínicas ou interdições.

10. Para o aluno que necessitar de cuidados na sua alimentação (resultantes de alergia, intolerância alimentar ou outros), a escola, ou o respectivo encarregado de educação, deve enviar o respectivo atestado médico ou declaração de confissão religiosa para o Departamento de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Sintra, no início de cada ano lectivo, ou quando tenha conhecimento da situação que determina a necessidade de adequação alimentar, devendo renovar o pedido anualmente.

11. A refeição é servida ao aluno contendo todos os componentes definidos na ementa afixada.

12. Os alunos são incentivados a provar alimentos que gostem menos ou desconheçam, bem como a ingerir, ainda que parcialmente, todos os componentes da refeição.

13. Durante o almoço não é permitido o consumo de alimentos que não façam parte da refeição fornecida.

14. É proibido o consumo e venda de bebidas alcoólicas e nos refeitórios escolares, tanto por alunos como por adultos.



### **Capítulo III**

#### **Controlo e Gestão**

#### **Artigo 8.º**

##### **Gestão**

1. A criação de refeitórios escolares, bem como a sua gestão e manutenção constitui competência da Câmara Municipal de Sintra, a exercer através das unidades orgânicas competentes em razão da matéria.
2. No início de cada ano lectivo é decidido pelo Presidente da Câmara, ou pelo Vereador com competências delegadas e subdelegadas na área da Educação, quais os refeitórios que vão funcionar, de acordo com directrizes definidas pelo órgão da Administração Central com competências nesta matéria.
3. A gestão corrente dos refeitórios escolares é da competência do Vereador referido no número anterior, sendo concretizado pelo Departamento de Educação, Juventude e Desporto e suas Divisões.

### **Capítulo IV**

#### **Preçário e forma de aquisição das refeições**

#### **Artigo 9.º**

##### **Preçário das refeições**

1. O preço dos almoços a fornecer aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico é fixado por despacho



do membro do governo responsável pela área da educação, publicado em Diário da República, após consulta à Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. O valor a cobrar pelo Município de Sintra relativamente às restantes refeições é definido anualmente pelo Executivo Municipal, sob proposta a apresentar pelo Vereador com competências delegadas e subdelegadas na área da Educação relativamente às medidas a adoptar em matéria de acção social escolar.

### **Artigo 10.º**

#### **Pagamento das refeições**

1. Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico o pagamento é mensal, sendo, para o efeito, emitida factura nos primeiros cinco dias úteis de cada mês, identificando o número e tipologia das refeições consumidas no mês anterior, a qual é remetida ao encarregado de educação para pagamento no prazo máximo de 15 dias úteis.

2. O pagamento das refeições referidas no número anterior é concretizado das seguintes formas:

- a. Através de multibanco, de acordo com regras definidas pelo Executivo Municipal;
- b. Presencialmente, nos postos de atendimento, cuja localização e horário são definidos pelo Executivo Municipal, no início de cada ano lectivo.

3. Na Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra o pagamento concretiza-se no acto do consumo da refeição, podendo vir a ser adoptado um sistema de pagamento electrónico, com recurso a cartão de pré-carregamento.





## **Artigo 11.º**

### **Marcação e desmarcação da refeição**

1. A marcação das refeições deve ser realizada antecipadamente, podendo ser concretizada das seguintes formas:
  - a. Através de sistema informático, acedendo para tal à plataforma de gestão educativa do Município de Sintra, cujo endereço electrónico é divulgado na sua página oficial da Internet;
  - b. Presencialmente, nos postos de atendimento, cuja localização e horário são definidos pelo Executivo Municipal, no início de cada ano lectivo.
  
2. A marcação do almoço e lanche é obrigatória, devendo ser realizada por todos os alunos, independentemente do seu escalão, de acordo com os seguintes prazos:
  - a. Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico: até às 16.00 horas do dia anterior ao consumo da refeição;
  - b. Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra: até sete dias antes ao seu consumo.
  
3. A marcação das refeições pode ser feita, excepcionalmente, no próprio dia, podendo-lhe ser aplicada uma taxa adicional, calculada tendo como base o despacho ministerial que define, anualmente, orientações nesse sentido.
  
4. A ausência de marcação das refeições não confere ao aluno qualquer direito ao seu consumo, podendo implicar a incapacidade por parte do Município de Sintra relativamente ao seu fornecimento.
  
5. Sem prejuízo do referido no número anterior e tendo presente o superior interesse da criança, o Município de Sintra providenciará no sentido de garantir o fornecimento do almoço aos alunos que compareçam no refeitório para almoçar e cujos

encarregados de educação não tenham realizado o respectivo pagamento e/ou marcação.

6. As refeições previamente marcadas podem ser anuladas através da plataforma de gestão educativa do Município de Sintra ou presencialmente nos postos de atendimento.

7. A anulação da refeição deve ser efectuada de acordo com os seguintes prazos:

- a. Estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico: até às 16.00 horas do dia anterior ao consumo, para as refeições de confecção local e até três dias antes ao seu consumo, para as refeições pré-confeccionadas;
- b. Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra: até sete dias antes ao seu consumo.

8. As refeições não anuladas, nos prazos indicados no número anterior, são consideradas consumidas e facturadas, excepcionando-se esta determinação em caso de doença devidamente comprovada, mediante apresentação de atestado médico.

## **Artigo 12.º**

### **Falta de comparência às refeições**

1. Os alunos que tenham reservado qualquer refeição e que não compareçam no refeitório à hora estipulada para o seu consumo perdem o direito a usufruírem da mesma, sendo o seu encarregado de educação responsável pelo respectivo pagamento.

2. As refeições não são facturadas sempre que o seu consumo não seja realizado por motivos, devidamente comprovados, não imputáveis ao aluno ou respectiva família.



## **Artigo 13.º**

### **Dívidas**

1. A reserva e pagamento das refeições escolares devem ser garantidos pelos encarregados de educação dos alunos. O incumprimento deste procedimento determina a inexistência de qualquer reserva de refeição escolar para o aluno em causa.
2. Quando exista um incumprimento por parte do encarregado de educação do aluno do dever de efectuar a reserva da refeição, a Câmara Municipal de Sintra, em sua substituição, garante o fornecimento do almoço, atento o direito à alimentação, consagrado na legislação em vigor, bem como na Declaração dos Direitos da Criança, subscrita na íntegra por Portugal, tendo o direito legal ao ressarcimento da respectiva verba por parte do faltoso.
3. Quando a situação referida no número anterior constitua um comportamento permanente e reiterado por parte do encarregado de educação do aluno, havendo indícios de comprovada negligência, existe por parte da Câmara Municipal de Sintra um dever de comunicação relativamente às autoridades competentes, nomeadamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.
4. O incumprimento do prazo de 15 dias úteis, previsto no n.º 1 do artigo 10.º, para pagamento da factura referente às refeições escolares consumidas no mês anterior nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, determina o acréscimo de uma penalização de 20%, devendo o valor da factura e a referida penalização ser paga no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data da prescrição do prazo inicial de pagamento.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior do presente artigo, o não pagamento da factura dentro do prazo inicial, bem como do prazo suplementar de pagamento com penalização, implica a extracção das respectivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes para efeitos de processo de execução fiscal.
6. A existência de dívidas relativas a refeições escolares inviabiliza a participação do aluno em programas educativos municipais, desenvolvidos em complemento da actividade lectiva ou extracurricular, nas quais a refeição integra a sua oferta.



## **Capítulo V**

### **Regras de utilização e funcionamento**

#### **Artigo 14.º**

##### **Deveres dos Alunos**

1. Os alunos devem cumprir as regras básicas de convivência, asseio e higiene adequadas ao espaço do refeitório, as quais são definidas em articulação com cada direcção executiva dos agrupamentos de escolas e integradas nos respectivos regulamentos internos.
2. Apenas podem permanecer no espaço de refeitório aqueles que usufruem da refeição e os profissionais que garantem o fornecimento e supervisão desse serviço, bem como o acompanhamento pedagógico dos alunos.

#### **Artigo 15.º**

##### **Deveres dos profissionais**

1. Compete aos profissionais que garantem o serviço de refeição assegurar o funcionamento adequado desta resposta, nomeadamente o cumprimento das regras de higiene pessoal e segurança alimentar, nas vertentes da confecção e serviço, assim como da manutenção das instalações, cumprindo escrupulosamente a legislação em vigor.
2. É proibida a venda, cedência ou doação de excedentes alimentares dos refeitórios escolares para qualquer utilização, excepto em casos autorizados pela Câmara Municipal de Sintra.



## **Artigo 16.º**

### **Acompanhamento das refeições**

1. O acompanhamento e supervisão do serviço de refeições escolares é da responsabilidade conjunta dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino e da Câmara Municipal Sintra, através do Departamento de Educação e suas Divisões, em moldes a definir de acordo com cada uma das situações.
2. Durante as pausas lectivas, o acompanhamento das refeições, é da inteira responsabilidade das entidades que dinamizam as actividades.

## **Capítulo VI**

### **Disposições Finais**

## **Artigo 17.º**

### **Sugestões e Reclamações**

1. Cada refeitório é detentor de um livro de reclamações, no qual deve ser registadas todas as reclamações e sugestões relativas ao seu funcionamento.
2. Para além do registo referido no número anterior, a sugestão ou reclamação pode ainda ser apresentada junto do Gabinete de Apoio ao Município e suas Delegações ou junto Departamento de Educação, Juventude e Desporto.



## **Artigo 18.º**

### **Aceitação do Regulamento**

A utilização do serviço de refeições por parte de qualquer aluno pressupõe a aceitação por parte do seu encarregado de educação do teor do presente regulamento, submetendo-se aos termos nele descritos, designadamente quanto aos respectivos direitos e obrigações.

## **Artigo 18.º-A**

### **Protecção de dados**

1. Toda a recolha e tratamento de dados pessoais no âmbito de aplicação do presente regulamento respeita o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (Regulamento Geral de Protecção de Dados, adiante referido como RGPD) e o Regulamento de Protecção de Dados do Município de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 17 de Setembro de 2018.
2. O tratamento de dados pessoais de todos os alunos com idade igual ou superior aos 16 anos que decorre nos termos do artigo 6º do RGPD deve ser objecto de prévia e expressa autorização.
3. O tratamento de dados pessoais das crianças com idade inferior a 16 anos deve ser objecto de prévia e expressa autorização por parte do titular da responsabilidade parental da criança nos termos do artigo 8.º do RGPD.



### **Artigo 19.º**

#### **Interpretação do Regulamento**

1. Sem prejuízo da legislação aplicável, a interpretação do Regulamento e integração das lacunas suscitadas na sua aplicação são da competência do Presidente da Câmara Municipal, mediante despacho.
2. As menções às unidades orgânicas constantes do presente regulamento, reportam-se, em caso de alteração da estrutura da Câmara Municipal, àquelas que sucederem nas respectivas atribuições.

### **Artigo 20.º**

#### **Entrada em vigor**

1. O presente regulamento entra em vigor no prazo de 5 dias úteis subsequentes à sua publicação.
2. Sem prejuízo da demais publicação e publicitação legal, o presente regulamento deve ser publicitado nos estabelecimentos de educação e ensino e refeitórios escolares, bem como na página oficial de Internet do Município Sintra.

(ANEXO I)

Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos de Ensino
Aigualva e Mira Sintra	Escola Básica Dr. António Torrado
	Escola Básica Lopas
	Escola Básica Mira Sintra
	Escola Básica Mira Sintra n.º 2
Alfredo da Silva	Escola Básica Abrunheira
	Escola Básica Albarraque
	Escola Básica Cabra Figa
	Escola Básica Fernando Formigal Morais
	Escola Básica Francos
	Escola Básica Manique de Cima
Algueirão - Mestre Domingos Saraiva	Escola Básica Algueirão
	Escola Básica Casal da Cavaleira
Alto dos Moinhos	Escola Básica Assafora
	Escola Básica Bolembre
	Escola Básica São João das Lampas
	Escola Básica Vila Verde
António Sérgio	Escola Básica Aigualva n.º 2
	Escola Básica Aigualva n.º 3
	Escola Básica Quinta da Fidalga
	Escola Básica Colaride
	Jardim de Infância N.º Sr.ª da Anunciação
D. Carlos I	Escola Básica Lourel
	Escola Básica Várzea de Sintra



D. João II	Escola Básica Casal do Cotão
	Escola Básica São Marcos n.º 1
	Escola Básica São Marcos n.º 2

Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos de Ensino
D. Maria II	Escola Básica Ribeiro de Carvalho
	Escola Básica Cacém n.º 1
	Escola Básica Vale Mourão
Escultor Francisco dos Santos	Escola Básica Fitaes
	Escola Básica Rinchoa
Ferreira de Castro	Escola Básica Mem Martins n.º 1
	Escola Básica Ouressa
	Escola Básica Mem Martins
	Jardim de Infância Mem Martins
Lapiás	Escola Básica Almargem do Bispo
	Escola Básica Dona Maria
	Escola Básica Lameiras
	Escola Básica Maceira
	Escola Básica Montelavar
	Escola Básica Sabugo e Vale de Lobos
Leal da Câmara	Escola Básica Rinchoa n.º 2
	Escola Básica Rio de Mouro n.º 1
	Escola Básica Rio de Mouro n.º 2
	Escola Básica Serra das Minas n.º 2

Massamá	Escola Básica Casal da Barôta
	Escola Básica Massamá n.º 2
	Escola Básica Xutaría
Mem Martins	Escola Básica Serra Minas n.º 1
	EB1 Mem Martins n.º 2
Miguel Torga	Escola Básica Massamá

Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos de Ensino
Monte da Lua	Escola Básica Linhó
	Escola Básica Portela de Sintra
	Escola Básica São Pedro
	Escola Básica Mucifal
Prof. Agostinho da Silva	Escola Básica Casal de Cambra
	Escola Básica Casal de Cambra n.º 2
Queluz-Belas	Escola Básica Belas n.º 2
	Escola Básica Belas n.º 3
	Escola Básica Belas n.º 5
	Escola Básica Mário Cunha Brito
	Escola Básica Pego Longo
	Escola Básica Queluz n.º 2
	Escola Básica Pendão
Ruy Belo	Escola Básica Monte Abraão
	Escola Básica Monte Abraão n.º 2
Visconde Juromenha	Escola Básica Eduardo Luna de Carvalho
	Escola Básica Tapada das Mercês

(ANEXO II)

Agrupamentos de Escolas	Estabelecimentos de Ensino
-----	Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra
Agualva e Mira Sintra	Jardim de Infância Cacém nº 2
Alfredo da Silva	Escola Básica Serradas
	Jardim de Infância Padre Agostinho da Mota
Alto dos Moinhos	Escola Básica Faião
	Escola Básica Santa Susana
	Jardim de Infância Arneiro Marinheiros
	Jardim de Infância Terrugem
D. Carlos I	Jardim de Infância do Ral
	Jardim de Infância Várzea de Sintra
D. Maria II	Jardim de Infância Cacém nº 1
Lapiás	Escola Básica Aruil
	Escola Básica Cortegaça
	Escola Básica Morelena
	Escola Básica Negrais
	Escola Básica Pêro Pinheiro
	Jardim de Infância Camarões
	Jardim de Infância Morelena
Monte da Lua	Escola Básica Ranholas
	Escola Básica Sintra
	Escola Básica Galamares
	Jardim de Infância Azenhas do Mar
Prof. Agostinho da Silva	Jardim de Infância Casal de Cambra



### Certidão de Afixação

(1) Célia Guerra Luz

(2) Assistente Técnico

-----Certifico que, nesta data, afixei no Gabinete de Apoio ao Múncipe, (3) o **Edital n.º 119/2019**, (4) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (5) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

-----Sintra, 17 de março de 2019.-----

(6) \_\_\_\_\_



Exmo.(a) Senhor(a)

Presidente da Junta de Freguesia

TODAS

Enviado por correio eletrónico

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

**DAAC/SAAG/25445**

**ASSUNTO: AFIXAÇÃO DE EDITAIS**

Roga-se a V. Exa. o obséquio de mandar proceder à afixação nos lugares públicos do costume, do **Edital n.º 119/2019**, referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.

Requer-se o envio da certidão de afixação.

Com os melhores cumprimentos,

**POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
NOS TERMOS DO DESPACHO Nº 79 - P/2017, DE 16 DE NOVEMBRO**

A VEREADORA

(Piedade Mendes)

/CL





(1) \_\_\_\_\_

### Certidão de Afixação

(2)

Váiter Manuel Antunes Javúncio  
Presidente da Junta de Freguesia Algueirão-Mem Martins

(3)

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o **Edital**  
nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.  
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao  
Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios  
Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- 1 8 ABR. 2019 / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ 2019.-----

O Presidente da Junta de Freguesia

(7) \_\_\_\_\_

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) Junta de Freguesia de Casal de Cambra

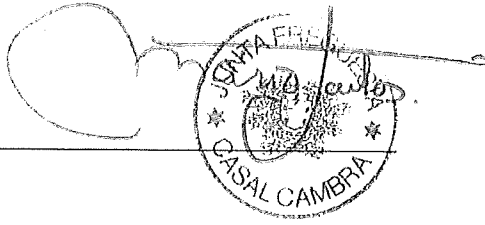
### Certidão de Afixação

(2) MÁRIO SANTOS  
Presidente da Junta de Freguesia  
de Casal de Cambra

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- Casal de Cambra 18/ 4 / 2019.-----

(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



(1) \_\_\_\_\_

**Certidão de Afixação**

(2) Viteño Cara D'Anjo

(3) Assistente Operacional

--- Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume (4) o Edital  
nº 119/2019, (5) emanado do Excmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de  
Sintra, (6) referente ao Projeto de Primeira Alterações ao  
Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios  
Escolares do Concelho de Sintra.-----

--- Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino. ---

----- Colpis / 11 / 6 2019 -----

(7)

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria (4)  
Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7)  
Assinatura e selo próprio ou carimbo.



(1) JUNTA DE FREGUESIA DE RIO  
DE MOURO

**Certidão de Afixação**

(2) BRUNO ALEXANDRE NOBIRE PAZES  
(3) PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o **Edital**  
**nº 119/2019**, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.  
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao  
Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios  
Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- RIO DE MOURO / 2019.-----  
2019/05/13

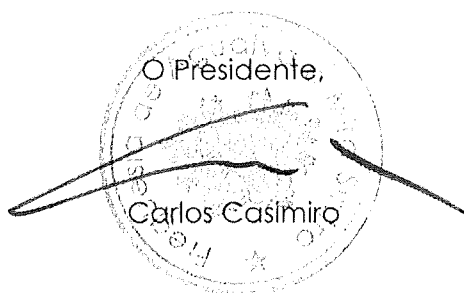
(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

### Certidão de Afixação

Carlos Miguel Casimiro Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, certifica que nesta data, afixou nos locais de estilo, do **Edital nº 119/2019**, referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

Agualva-Cacém, 17 de abril de 2019.-----



O Presidente,  
Carlos Casimiro

/PS

**(1) UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMARGEM DO BISPO, PÊRO  
PINHEIRO E MONTELAVAR**

**Certidão de Afixação**

**(2) Rui Alexandre de Jesus Maximiano**

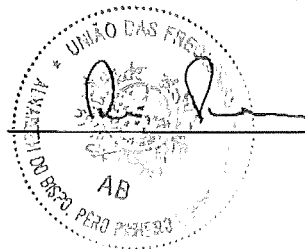
**(3) Presidente da Junta da União das Freguesias**

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, **(4) o Edital nº 119/2019, (5)** emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, **(6)** referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- Almargem do Bispo, 17/04/2019.-----

**(7)**



**(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.**

(1) União das Freguesias do Cacém e São Marcos

**Certidão de Afixação**

(2) Paulo José Barroso Adrego

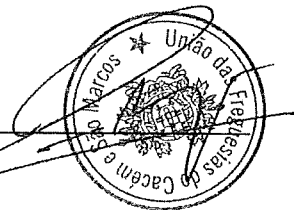
(3) Vogal,

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- Cacém, 22/04/ 2019.-----

(7) \_\_\_\_\_



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

**(1) União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**

**Certidão de Afixação**

**(2) Filipa Maria Gonçalves Friães Vaz**

**(3) Assistente Técnica**

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, **(4) o Edital nº 119/2019, (5)** emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, **(6)** referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

Massamá 23 de abril de 2019.-----



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) UNIAO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA E BELAS

**Certidão de Afixação**

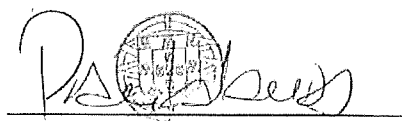
(2) Paula Maria Correia Guitas Lages

(3) Assistente técnica

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o **Edital**  
nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.  
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao  
Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios  
Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

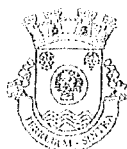
----- Dez 18 04/ 2019.-----

(7)   
União das Freguesias  
Oliveira e Belas

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



União  
das  
Freguesias



(1) \_\_\_\_\_ S. João das Lampas e Terrugem

### Certidão de Afixação

(2) Fernando Andrade

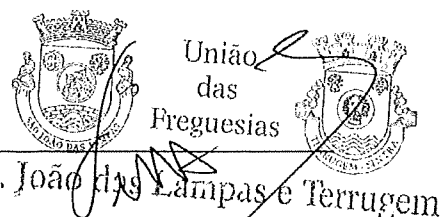
(3) Assistente técnico

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- S. J. Loupes 22/04/2019.-----

(7) \_\_\_\_\_  
S. João das Lampas e Terrugem



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) \_\_\_\_\_

UNIAO DAS FREGUESIAS DE SINTRA  
(Sta. Maria e S. Miguel, S. Martinho e  
S. Pedro de Penaferrim)

### Certidão de Afixação

(2) *Fernando Pereira*

(3) *Presidente*

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 119/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.-----

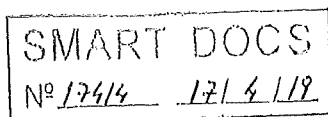
-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

----- *Luísa* *17/10* 2019.-----

(7) \_\_\_\_\_

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.





## INFORMAÇÃO À CÂMARA

Levo ao conhecimento dos Exm<sup>os</sup> Senhores Vereadores que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, decidi que o **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra** fosse submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 ( trinta ) dias.

Paços do Concelho de Sintra, 12 de Abril de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

  
( ~~Basílio Horta~~ )



Reunião de

23 ABR. 2019

Ponto 1 da Ordem do Dia  
Informação N.º 1



**AVISO**

**Basilio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, toma público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-Pl/2017, de 25 de Outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 119 / 2019 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).**

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg.º Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail [du@cm-sintra.pt](mailto:du@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 12 de Abril de 2019.

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

  
( Basilio Horta )



N.º SM 25467/2019

Sintra, 12-06-2019 8:58:49

Assunto: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA-  
CONSULTA PÚBLICA – Artigo 101º do CPA - PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019

CARLOS MANUEL  
PINHEIRO DA SILVA  
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO  
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=0314598, *l*=Técnicos Superiores, OU=Certificado para o Pessoal Singular, OU=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, O=MUNICÍPIO DE SINTRA, C=PT  
Reason: Parescer  
Date: 2019-06-12T08:01:34

Concordo.

Ao GAMQ a fim de solicitar que informe a DJUR como proposto.

Lúcia de Fátima  
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas  
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=PT-10088879, *l*=Chefe de Divisão, OU=Certificado para o Pessoal Singular, OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT  
Reason: Parescer  
Date: 2019-06-12T10:42:47

A DJUR informando que consultado o Sistema de Gestão Documental, não se verificou o registo no Gabinete de Apoio ao Município, de contributos relativos ao projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão de refeitórios Escolares do Concelho de Sintra.

MARIA LÚCIA MATOS  
BERNARDES DE  
LUCIANO

Digitally Signed by MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO  
DN: CN=MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO, SERIALNUMBER=8190944507, *l*=MARIA LÚCIA, SN=MATOS BERNARDES DE LUCIANO, OU=Assinatura Qualificada do Cidadão, OU=Cidadão Português, O=Centro de Cidadão, C=PT  
Reason: Parescer  
Date: 2019-06-17T18:32:57



## **NOTA INTERNA**

*Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Lúcia Vargas*

*Nº. SM 25467*

*Serviço: DJUR*

*De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR*

*Data: 12.JUN.2019*

**ASSUNTO: PROJECTO DE PRIMEIRAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DO CONCELHO DE SINTRA– CONSULTA PÚBLICA – Artigo 101.º do CPA - PROCESSO JURÍDICO Nº 25/2019**

Na sequência da publicação do Aviso n.º 7880 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 87, de 7 de Maio de 2019 (Anexo) nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal, o projecto de Regulamento em epígrafe foi submetido por 30 dias a consulta pública.

Face ao exposto sou de propor que se solicite ao GAMQ informação sobre se, presencialmente ou através de documento entrado naquela unidade orgânica, foram apresentados quaisquer contributos no âmbito da Consulta Pública.

Todavia, à consideração superior.

**O Técnico Superior Jurista,**

**(Carlos Bordado)**



## **NOTA INTERNA**

### **MUNICÍPIO DE SINTRA**

#### **Aviso n.º 7880/2019**

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projeto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 119/2019 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município em [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt).

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg.º Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail [dju@cm-sintra.pt](mailto:dju@cm-sintra.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

12 de abril de 2019. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

312233976



## **Projecto de Primeiras Alterações ao Regulamento Municipal de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares do Concelho de Sintra**

### **(MOTIVOS)**

Os trabalhos tendentes às primeiras alterações foram decididos pelo Exm.<sup>o</sup> Senhor Presidente da Câmara mediante despacho e subscrição de Aviso datado de 23 de Janeiro de 2019.

Da proposta inicial de alterações apresentada pelo DED e remetida à DJUR para a devida configuração jurídica de 16 Janeiro de 2019, com despacho de concordância do Exm.<sup>o</sup> Senhor Vice Presidente, destacam-se as seguintes temáticas, algumas das quais densificando no plano regulamentar novas normas legais e muitas delas provindas da prática e aplicação do Regulamento inicial pelos respectivos serviços:

- Adaptação do preâmbulo no âmbito do procedimento de Alteração Regulamentar;
- Introdução expressa das normas do CPA (na sua redacção de 2015) no âmbito da habilitação normativa regulamentar (n.º1 do artigo 1.º);
- Extensão do âmbito material do Regulamento tendo em vista a inclusão da Escola Profissional de Recuperação do Património, a qual integra a rede privada de competência Municipal;
- Actualização dos procedimentos administrativos de inscrição, incluindo a respectiva desmaterialização (artigo 4.º-A) ;
- Adequação da composição das refeições às melhores regras nutricionais e ao disposto na Lei n.º 11/2017, de 17 de Abril a qual estabelece a obrigatoriedade



de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos (artigo 7.º, n.º 2, alínea b) do n.º 6 e alínea b) do n.º 7);

- Aperfeiçoamento da previsão que a necessidade de cuidados especiais de alimentação para o aluno que, por motivos de saúde ou de confissão religiosa, tenha de os ter, permitindo que possam tal possa ser solicitado, não só no princípio do ano lectivo, mas quando se tenha conhecimento da situação que o motiva (artigo 7.º, n.º 10);
- Adequação das normas referentes ao pagamento das refeições, à marcação e desmarcação das mesmas e ao processo de dívida (artigos 10.º; 11.º e 13.º);
- Previsão do acompanhamento das refeições nas pausas lectivas (artigo 16.º, n.º 2);
- Introdução de normativo sobre a Protecção de Dados dos alunos, em cumprimento do RGPD e do Regulamento Municipal de Protecção de Dados (artigo 18.º-A);
- Adequação do Regulamento à actual orgânica municipal, sem prejuízo da criação de uma norma que prevê a remissão automática em termos interpretativos para a unidade orgânica que, em cada momento, for competente em razão da matéria (todo o texto e n.º 2 do artigo 19.º).

Sintra, 28 de Março de 2019.

**O Técnico Superior Jurista**

**(Carlos Bordado)**